

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 617 - Brasília, quarta-feira, 14 de janeiro de 1998



A discussão e a votação do projeto de lei que institui o contrato temporário foram acompanhadas atentamente por sindicalistas que lotaram as galerias do Senado



Durante a reunião com Antonio Carlos, os líderes só não chegaram a acordo quanto à reforma administrativa

Líderes acertam com ACM novo cronograma de trabalho

Um amplo entendimento para garantir a votação dos projetos da pauta da convocação extraordinária foi fechado ontem em reunião do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, com os líderes partidários. A única exceção ao acordo, segundo informaram os

senadores José Roberto Arruda, líder do governo no Congresso, e José Eduardo Dutra, líder do Bloco Oposição, é a proposta da reforma administrativa. A oposição pretende colocar obstáculos para apreciação da matéria e a liderança do governo garante que assegurará os vo-

tos necessários em plenário para sua aprovação.

A reunião dos líderes discutiu e aprovou uma agenda com o cronograma de votações no Senado durante o período da convocação, apontando dia a dia quais os projetos a debater ou votar. **Página 3**

Aprovado o contrato temporário

Senadores acolhem também emenda que institui novo tratamento para os militares

Por 51 votos a favor e 23 contra, o plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei do governo que autoriza a contratação de empregado por tempo determinado. O prazo máximo para a realização desses contratos será de dois anos, não incidindo sobre eles o pagamento de aviso prévio nem de indenização de 40% sobre o FGTS. Já aprovada na Câmara, a matéria agora vai à sanção pre-

sidencial.

Foi também aprovada pelo plenário do Senado, em primeiro turno, a emenda constitucional que prevê regime funcional especial para os servidores militares, diferenciando-os dos servidores civis. Foi acolhido ainda o projeto que prevê o repasse de recursos da União à Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco. **Páginas 2, 4 e 5**

Na pauta, projeto que descentraliza a fiscalização de verbas sociais

PÁGINA 2

Com o reconhecimento de que os militares não são servidores dos ministérios a que estão subordinados, os senadores admitem as especificidades da carreira, cujos ocupantes não podem ter filiação a partidos políticos

Plenário distingue servidor militar de civil

O plenário aprovou ontem, em primeiro turno, a emenda constitucional que prevê regime funcional especial para os servidores militares, distinguindo-os dos civis. Pela proposta, os militares poderão ter reajustes salariais diferenciados.

A emenda, primeira aprovada na convocação, recebeu 65 votos favoráveis e oito contrários e a votação em segundo turno será feita no próximo dia 21.

De acordo com a mudança constitucional, os servidores militares terão tratamento diferente dos civis quanto a deveres, direitos e outras prerrogativas. Conforme justificativa dos ministros militares e da Administração, a mudança leva em consideração que os militares não são servidores dos ministérios aos quais estão vinculados. "O perfil da profissão militar é a defesa da pátria, tendo por isso peculiaridades inigualáveis com outras categorias", ponderaram



Tuma discursa em plenário na defesa do relatório que diferencia militares de civis

os ministros militares.

A emenda foi relatada favoravelmente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), o qual destacou que a emenda "torna mais claras as especificidades da profissão castrense". Entre outras coisas, a mudança determina que nenhum militar em serviço ativo pode se filiar a partido político. Atualmente, além dos militares da reserva, podem ter filiação partidária os militares em licença.

Durante a discussão da matéria em plenário, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, lamentou que a emenda classi-

fica as PMs e os bombeiros como militares estaduais, quando toda a discussão feita com o governo, no ano passado, depois da crise das PMs, orientava para a desmilitarização dessas polícias. A mesma posição foi manifestada pelos senadores Roberto Freire (PPS-PE) e Ademir Andrade (PSB-PA).

A emenda transfere para o Título V da Constituição as normas sobre os membros das Forças Armadas, alterando sua situação quanto aos demais servidores públicos, abordados no Título III - "Da Organização do Estado".

Fiscalização descentralizada também consta da pauta

O plenário vota também hoje outros dois projetos de lei incluídos na pauta da convocação extraordinária, objetivando descentralizar a fiscalização de dinheiro federal repassado a estados e municípios para assistência social e facilitar o transporte de cargas.

O projeto sobre os recursos sociais, proposto pelo Executivo, estabelece que a prestação de contas passará a ser feita pela prefeitura à câmara de vereadores e, no caso de governos estaduais, ao Tribunal de Contas do estado. Assim, a prestação de contas só será enviada ao Tribunal de Contas da União se este órgão pedir.

Outra mudança importante introduzida pelo projeto é o re-

passa automático de recursos federais ao fundo estadual ou municipal que aplica o dinheiro destinado à assistência social, independentemente da celebração de convênio, ajuste ou acordo com o governo federal, desde que os recursos sejam aplicados conforme as prioridades estabelecidas nos planos de assistência social. A matéria recebeu pareceres favoráveis dos senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Beni Veras (PSDB-CE), ao ser apreciada na CAE e na CCJ.

O segundo projeto autoriza o transporte de cargas, por vários sistemas: ferroviário, rodoviário ou marítimo. (Mais detalhes na página 6.)

Aprovado repasse para Pernambuco

O plenário concordou também ontem com projeto de lei de iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso, para que a União repasse R\$ 45 milhões por ano, até 2001, à Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco, para pagamento de pessoal e encargos trabalhistas. A Coperc-

trens foi criada recentemente para receber todo o sistema de trens urbanos do governo federal.

O repasse de dinheiro por quatro anos é a fórmula encontrada para que o sistema de transportes de trens de Recife passe ao governo pernambucano.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

- 10h - Despacho interno
- 11h - Recebe o ministro do Trabalho, Paulo Paiva
- 15h30 - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: "Projeto de Resolução nº 179/97, que autoriza o município do Rio de Janeiro a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro - LFTM-Rio, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1998; "PLC nº 7/97, que dispõe sobre o transporte multimodal de cargas; e "PLC nº 46/97, que trata da Lei Orgânica da Assistência Social

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Exposição do ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira; do procurador do Banco Central do Brasil, Erasto Vila Verde Filho; e do ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro, sobre a PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa). Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa
Após a Ordem do Dia do plenário - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: "Mensagens nºs 76 e 77/98, submetem à consi-

deração do Senado Federal os nomes de Giovanni Toniatto e Ricardo Pinto Pinheiro para comporem a primeira diretoria da Agência Nacional do Petróleo - ANP. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: "PDL nº 133/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a Hungria, em Brasília, em 03.04.97; "PDL nº 131/97, aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Brasil e a França, em Brasília, em 12.03.97; "PDL nº 74/97, aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29.05.93. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

COMISSÕES

Quinta-feira (15.01.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Discussão e votação da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa); e "PLC nº 69/97, autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a repassar à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor, recursos para pagamento de pessoal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Não houve consenso apenas em relação à proposta da reforma administrativa

ACM reúne líderes e fecha acordo para votar pauta

Reunidos com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, os líderes partidários fecharam ontem amplo entendimento para garantir a votação dos projetos da pauta da convocação extraordinária. A única exceção ao acordo, segundo informaram os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, e José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, é a proposta da reforma administrativa. A oposição pretende colocar obstáculos para apreciação da matéria e a liderança do governo garante que assegurará os votos necessários em plenário para sua aprovação.

A reunião dos líderes discutiu e aprovou uma agenda com o cronograma de votações no Senado durante o período da convocação, apontando dia a dia quais os projetos a debater ou votar. Conforme o cronograma, a emenda constitucional que estabelece regime de tratamento especial para os militares, aprovada na tarde de ontem em primeiro turno, deverá ter seu primeiro dia de dis-

cussão, em segundo turno, na sessão deliberativa do próximo dia 21, devendo ser votada, em último turno, no dia 27.

Também para a sessão do dia 21 de janeiro os senadores marcaram a discussão em turno único do projeto que regulamenta os planos e seguros privados de assistência à saúde. Para a sessão seguinte, dia 22, ficou acertada a discussão em turno único do projeto que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país. Já na sessão do dia 28, haverá discussão em turno único do projeto que cria o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

O cronograma prevê ainda as seguintes votações: dia 3 de fevereiro, projeto de lei do Senado que regula os direitos autorais; 4 de fevereiro, projeto que cria a região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno; 5 de fevereiro, projeto sobre destruição de aeronaves e o que trata do sigilo bancário; e 10 de fevereiro, projeto que qualifica como crime a lavagem de dinheiro.

Comissão debate a reforma administrativa esta manhã

A proposta da reforma administrativa (PEC 41/97) será debatida hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em audiência pública, às 10h, com a participação do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Administração, do procurador do Banco Central, Erasto Villa-Verde Filho, e do ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro. A comissão deve votar a matéria amanhã.

A proposta recebeu parecer favorável do senador Romero Jucá (PFL-RR), que manteve o texto votado na Câmara dos Deputados

e rejeitou as 33 emendas apresentadas.

— É necessário fortalecer a carreira do servidor público, estimular a sua formação e o seu aperfeiçoamento profissional — enfatizou Jucá, em entrevista.

Projeto de lei oriundo da Câmara que autoriza o Ministério dos Transportes a repassar à Companhia Cearense de Trens Urbanos (Metrofor) recursos para pagamento de pessoal é o outro item da pauta da CCJ nesta quinta-feira. A matéria tem como relator o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).



ACM acertou com os líderes dos partidos cronograma para o período da convocação

Veja o andamento das matérias em apreciação

Nº	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 41/97	Reforma administrativa	Romero Jucá	Hoje - quarta: audiência pública na CCJ Amanhã - quinta: discussão e votação na CCJ
PEC 39/97	Regime constitucional dos militares	Romeu Tuma	Aprovado pelo plenário, em 1º turno, ontem
PEC 50/96 (*)	Convoca plebiscito para realização de revisão constitucional	Jefferson Péres	Pronto para discussão no plenário, em 1º turno
Substitutivo da CD ao PLS 93/93	Planos de saúde	Sebastião Rocha	CAS
PLC 66/97	Pure a lavagem de dinheiro	Levy Dias	CAE
PLC 14/96	Propriedade intelectual de programa de computador	Roberto Requião	CE
PLC 93/96	Contrato temporário de trabalho	Romeu Tuma	Aprovado pelo plenário, ontem. Vai à sanção
PLS 249/89	Regula os direitos autorais	aguardando designação do relator	CCJ
PLS 219/95	Sigilo bancário	Jefferson Péres	CCJ
PLS 101/96	Cria região integrada de desenvolvimento do DF e Entorno	Lúcio Alcântara	CCJ
PLC 47/96	Destruição de aeronave	Romeu Tuma	CCJ
PLC 50/97	Radiodifusão comunitária	Sérgio Machado	CE
PLC 46/97	Lei Orgânica da Assistência Social	José Fogaça	Discussão e votação no plenário, hoje
PLC 100/96	Serviço voluntário	Sebastião Rocha	CAS (vista coletiva)
PLC 007/97	Transporte multimodal de cargas	Gerson Camata	Discussão e votação no plenário, hoje
PLC 31/97	Vínculo empregatício	Jonas Pinheiro	CAS
PLC 78/97	Relações de trabalho do atleta profissional de futebol (Lei Pelé)		Distribuído à CCJ / CAS e CE
PLC 68/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Copertrens - PE)	Roberto Freire	Aprovado ontem pelo plenário, vai à sanção presidencial
PLC 69/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Metrofor - CE)	Lúcio Alcântara	Amanhã - quinta: discussão e votação na CCJ

(*) Acrescentada à pauta da convocação por ato dos presidentes do Senado e da Câmara.

Obs.: Além dessas proposições específicas, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais, projetos de competência privativa do Senado, medidas provisórias, matérias orçamentárias e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.

CONTRATO



TEMPORÁRIO

O prazo máximo dessa modalidade de relação trabalhista será de dois anos, não incidindo sobre ela o pagamento de aviso prévio nem a indenização de 40% sobre o Fundo de Garantia

Aprovado o contrato temporário de trabalho

O plenário do Senado aprovou ontem, por 51 votos a 23, o projeto de lei do governo que autoriza a contratação de empregado por tempo determinado em qualquer atividade da empresa. O prazo máximo para a realização desses contratos será de dois anos, não incidindo sobre eles o pagamento de aviso prévio nem de indenização de 40% sobre o FGTS. Já aprovada na Câmara, a matéria agora vai à sanção presidencial.

O número de empregados a serem contratados nos termos dessa lei observará o limite estabelecido na negociação coletiva, não podendo ultrapassar os seguintes percentuais, que serão aplicados cumulativamente: 50% do número de trabalhadores para a parcela inferior a 50 empregados; 35% do número de trabalhadores para a parcela entre 50 e 199 empregados; e 20% do número de trabalhadores para a parcela acima de 200 empregados.

Relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais, o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) disse que, para os admitidos sob essa forma de contrato, a alíquota do FGTS é reduzida para 2%, sem prejuízo de compensação, mediante depósitos mensais vinculados a favor do empregado

e previstos em negociação coletiva. Quanto às contribuições para Sesi, Sesc, Senac e entidades assemelhadas, são reduzidas em 50% de seu valor vigente em 1º de janeiro de 1996, pelo prazo de 18 meses.

Para conseguir esse desconto, a empresa terá que comprovar que se encontra adimplente junto ao INSS e ao FGTS. O contrato de trabalho por prazo determinado não dispensa a assinatura da carteira de trabalho, nem extingue o direito ao descanso semanal remunerado e à licença-maternidade. A lei passou a prever a criação de "bancos de horas", isto é, a possibilidade de compensação do acréscimo ou da diminuição da jornada de trabalho, em um período de quatro meses, sem que haja obrigatoriedade do pagamento de horas extras.

As empresas que aumentarem seus quadros de pessoal terão preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas de financiamentos dos estabelecimentos oficiais de crédito, em especial do BNDES. E para o empregador que descumprir as normas e limites da contratação de trabalho temporário, fica fixada a multa de 500 Ufirs por trabalhador contratado, recursos que irão para o Fundo de Amparo ao Trabalhador.

PROJETO FOI INTENSAMENTE DISCUTIDO

Diversos senadores se manifestaram contrários à universalização do contrato temporário de trabalho, alegando que ele aumentará o desemprego no Brasil e sustentando que, se não deu certo na Espanha e na Argentina, seguramente não será eficaz aqui. Entre os opositores da matéria, o senador Josaphat Marinho disse que o projeto suspendia direitos que a Constituição federal protege.

Segue um resumo dos argumentos de cada orador:



Suplicy: as experiências na Europa não deram certo

Eduardo Suplicy (PT-SP): "Em vista do alto índice de desemprego, a autorização de contrato por tempo determinado poderá agravar a situação dos trabalhadores na economia brasileira. As experiências na Europa não deram os resultados esperados. E falta ao presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu quarto ano de governo, a apresentação de medidas que contribuam para a elevação do nível de emprego".



Josaphat: o projeto fere princípio do Direito do Trabalho

Josaphat Marinho (PFL-BA): "Na Comissão de Constituição e Justiça, votei contra essa matéria por entendê-la inconstitucional, injusta e inconveniente. O projeto fere um dos princípios essenciais do Direito do Trabalho - aquele segundo o qual nas relações empregador/empregado dá-se superioridade jurídica a este, para compensar sua inferioridade econômica. Por esse projeto, dá-se superioridade jurídica ao capital

contra o trabalhador".



Emília: iniciativa abre um grave precedente

Emília Fernandes (PDT-RS): "Esta iniciativa promoverá sérios prejuízos às classes trabalhadoras e fará uma mudança histórica em nossas relações de trabalho, abrindo um grave precedente em nome da modernidade. Com esse projeto, não se busca estimular a produção, mas aumentar as desigualdades sociais".



Júnia lamenta falta de seriedade do governo

Júnia Marise (PDT-MG): "O projeto fere principalmente a Constituição de 1988 e demonstra que este governo não tem seriedade na condução de questões importantes. Um país que convive com milhares e milhares de desempregados não sabe as causas do desemprego, nem oferece uma oportunidade do debate público da matéria".

Benedita da Silva (PT-RJ): "Só podemos concordar com o contrato temporário de trabalho quando se trata de atividade empregatícia de caráter transitório. Esse projeto é con-



Benedita: este projeto é contra o interesse da nação

tra o interesse da nação e não resolve o problema do desemprego. Se não deu certo na Espanha e na Argentina, por que daria certo no Brasil?".



Requião: projeto cria o bóia-fria do trabalho industrial

Roberto Requião (PMDB-PR): "Votarei contra porque essa idéia já foi experimentada noutros países e inutilmente. Na Espanha essa iniciativa aumentou o desemprego e vai aumentá-lo no Brasil. Os empresários vão demitir empregados para, no aumento da demanda, contratá-los temporariamente. O projeto cria o bóia-fria do trabalho industrial. É uma regressão, não há um único trabalhador defendendo esse contrato. Só empregadores. E o Senado não tem refletido sobre os aspectos sociais das matérias que vota".

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): "Tenho certeza que a Justiça brasileira vai julgar esse projeto inconstitucional. Decisões como essa são atentatórias ao di-



O plenário do Senado aprovou o projeto por 51 votos a favor e 23 contra

CONTRATO



TEMPORÁRIO

Empresas que aumentarem seus quadros de pessoal terão preferência na obtenção de recursos nos estabelecimentos oficiais de crédito

reito inalienável do trabalhador. Se queremos a empresa brasileira funcionando, temos



Valadares:
reforma tributária é a opção adequada

que fazer a reforma tributária e outras reformas essenciais e não aprovar uma medida que prejudica o trabalhador”.



Freire:
geração de empregos se faz com investimentos

Roberto Freire (PPS-PE): “A discussão do desemprego é hoje uma agenda em todo o mundo. Não estamos discutindo seriamente as novas relações de trabalho nem a geração de empregos. Geração de emprego é crescimento econômico, é investimento. E não se gera emprego com esse tipo de contrato”.



Dutra: este projeto vai na contramão da História

Eduardo Dutra (PT-SE): “O meu partido tem discutido a legislação sindical, podendo rever sua posição em várias questões, mas este projeto vai na contramão da História. Noutros países a experiência foi inócua para aumentar os empregos. E se devemos acompanhar os outros, então vamos acompanhar a Espanha e a Argentina, que já revogaram a legislação desse contrato temporário de trabalho”.

Ademir Andrade (PSB-



Ademir: esta nação precisa é de geração de empregos

PA): “Representantes de várias confederações nacionais de trabalhadores se encontram aqui, pedindo aos senadores que não aprovelem esse projeto. O que essa nação precisa é de geração de empregos, é de reforma agrária para ocupar sua população, é de financiamento para a construção civil”.



Rocha: o projeto cria trabalhador de segunda categoria

Sebastião Rocha (PDT-AP): “Temos lutado contra esse projeto de lei na Câmara e no Senado, sempre indagando como um projeto que o governo diz que vai gerar mais empregos não tem o apoio dos partidos que defendem os interesses dos trabalhadores. E por que não merece o apoio das confederações nacionais de trabalhadores? Porque, além de criar um trabalhador de segunda categoria, essa lei, onde foi implantada, não resolveu o problema do desemprego”.



Osmar: prática cruel do campo não pode ser estimulada

Osmar Dias (PSDB-PR): “Os números alarmantes do desemprego no Brasil têm estreita relação com o que estamos discutindo. 469 mil postos de trabalho foram reduzidos desde o Plano Real. E no entanto temos assistido a estados aplicarem até US\$ 900

milhões em fábricas para gerar 2 a 3 mil empregos, como acontece no meu estado. Não vi nenhum empresário ser contra esse projeto de contrato temporário de trabalho, por outro lado não vi nenhum trabalhador defendê-lo. Essa prática cruel com os trabalhadores volantes do campo não pode ser transferida para a cidade”.



Lauro: contrato temporário de trabalho é perverso

Lauro Campos (PT-DF): “Volto a condenar a ideologia neoliberal criada pelo capitalismo. O governo confessa que mandou 51 perversidades para o Congresso e esse contrato temporário de trabalho é apenas uma delas. Esse saco de maldades é a atualização da caixa de Pandora. Os trabalhadores podem acabar de perder a esperança. Os integrantes do governo não sabem nem o tamanho do buraco que pretendem tampar”.



Jáder: haverá necessidade da anuência dos sindicatos

Jáder Barbalho (PMDB-PA): “Esta lei é meramente autorizativa. O contrato temporário de trabalho já existe na CLT. Não há nada de novo. O novo é que haverá necessidade do concurso das entidades sindicais para assiná-lo. Essa lei é uma mera proposta de intenção, é uma mera lei autorizativa. Sem o concurso das entidades sindicais, não terá a menor possibilidade de ser aplicada. Estão aqui pintando o diabo com tridentes além do que o diabo possui. Mas vai depender das lideranças sindi-

cais a adoção da lei ou não”.

Nessa fase dos debates, o senador Eduardo Dutra apertou Jáder para apontar o artigo 1º, parágrafo 3º do projeto, segundo o qual as empresas situadas em localidades onde os trabalhadores não estejam representados por organizações sindicais poderão celebrar o contrato temporário de trabalho, mediante acordo escrito entre empregado e empregador.



Waldeck: empresas já instituem o banco de horas

Relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais, o senador **Waldeck Ornelas** disse desconhecer projeto que tenha sido objeto de obstrução tão sistemática no Legislativo. “Essa matéria foi objeto de audiências públicas, de sucessivos pedidos de vista e de votos em separado. Chego a imaginar que há um desencontro entre o que pensa a cúpula sindical e as bases do movimento trabalhista. Sim, porque algumas empresas já estão instituindo bancos de horas à revelia da lei”, afirmou.



Tuma: governo quer estabelecer equilíbrio econômico

Já o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador **Romeu Tuma (PFL-SP)**, disse que qualquer cidadão tem conhecimento hoje do desequilíbrio econômico do país. “O governo tenta estabelecer o equilíbrio econômico do país, mas a globalização fez com que os problemas da Ásia se refletissem mais nos países enfraquecidos.”

CRE discute acordo com a França

Acordo de parceria entre o Brasil e a França sobre segurança pública, pelo qual serão buscadas soluções para problemas como o tráfico de entorpecentes e terrorismo, é um dos itens da pauta da Comissão de Relações Exteriores (CRE), que se reúne hoje, às 17h30. O relator da matéria é o próprio presidente em exercício da CRE, senador Romeu Tuma (PFL-SP). A comissão teve adiada a sua reunião de ontem devido à ordem do dia do plenário. Pelo texto do acordo, as partes contratantes desenvolverão uma cooperação técnica e operacional em matéria de segurança pública, comprometendo-se, mutuamente, à prestação de assistência nas áreas de crime transnacional organizado; tráfico de entorpecentes ou psicotrópicas e de seus precursores. A cooperação envolve, ainda, estudos sobre imigração irregular e terrorismo. Para consecução de seu objetivo, o acordo prevê que seus trabalhos possam ser estendidos a outros campos, tais como: lavagem de dinheiro, tráfico de armas, segurança dos portos, aeroportos e das fronteiras; manutenção da ordem pública; polícia técnica e científica; e gestão, recrutamento, seleção e especialização de pessoal. A CRE vai discutir e votar, ainda, outros dois projetos de decreto legislativo: o que aprova o texto da convenção relativa à proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional, cuja relatora é a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), e o que trata do acordo entre o Brasil e a Hungria para cooperação na área de turismo, que tem como relator o senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Projeto desafoga um dos pontos vulneráveis da economia e aperfeiçoa a capacidade competitiva dos produtos brasileiros, garante o relator, Gerson Camata

CI aprova transporte multimodal de cargas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem parecer do senador Gerson Camata (PMDB-ES) favorável ao projeto oriundo da Câmara dos Deputados sobre



transporte multimodal de cargas, que prevê a utilização de duas ou mais modalidades de transporte através de um único contrato.

O parecer incorporou alterações feitas no texto da Câmara pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde a matéria foi relatada pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA). O projeto vai agora ao plenário.

Com a introdução do transporte multimodal, o Brasil aperfeiçoará sua capacidade competitiva em exportação e importação, segundo o relator. O transporte multimodal tornou-se prática corrente em todo o mundo desenvolvido, "já sendo, inclusive, objeto de acordo específico firmado entre o Brasil e os demais países membros do Mercosul".



O presidente da comissão, Freitas Neto (E), ao lado de Elcio Alvares, dirigiu a reunião que aprovou o texto de Gerson Camata, no destaque

assinou Camata.

- Tão importante quanto ampliar e adequar a infraestrutura de transportes às atuais necessidades do país é a modernização para maior eficiência nos serviços, com ênfase na redução dos custos e do tempo gasto no deslocamento dos produtos transportados - como explicou o relator.

Gerson Camata destacou que a medida abrange tanto as operações dentro do território nacional quanto entre o Brasil e o exterior.

Com esse projeto, disse, o Executivo pretende desafo-

gar um dos pontos vulneráveis da modernização do Brasil, e que vem sendo uma questão crítica no desempe-

nho da economia brasileira. Camata observou ainda que a adoção do transporte multimodal implicará aumento

de segurança nas operações de deslocamento de cargas.

O projeto estabelece a figura do operador de transporte multimodal, que constitui o agente único, responsável pela realização do transporte desde o momento do recebimento da carga até sua entrega ao destinatário. De acordo com a proposição, o operador poderá ser transportador ou não e atuará, nesta hipótese, por transportes subcontratados, sem prejuízo de sua responsabilidade.

Em exame, indicações para a ANP

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) se reúne esta tarde para analisar a indicação dos nomes de Giovanni Toniatti e Ricardo Pinto Pinheiro para compor a primeira diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP). As duas mensagens presidenciais,

que serão apreciadas em votação secreta, têm como relatores os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Regina Assunção (PTB-MG), respectivamente. A reunião será realizada após a Ordem do Dia. As indicações serão submetidas ainda ao plenário do Senado.

Hollanda pede urgência em prol do cooperativismo

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) fez um apelo ontem aos membros do Poder Legislativo para que seja agilizada a votação dos projetos de lei referentes às cooperativas em tramitação no Congresso Nacional. Ele entende que a votação dessas matérias servirá de estímulo para o desenvolvimento desse "dinâmico" setor que tanto tem a contribuir para minimizar as consequências do grave e preocupante problema do desemprego no Brasil.

Conforme o senador, as cooperativas, em virtude de seu grande potencial de geração

de empregos e de distribuição de renda, são, atualmente, consideradas um dos mais adequados instrumentos de política econômica existentes no mundo de competição acirrada.

Joel de Hollanda destacou principalmente o segmento das cooperativas de trabalho, lembrando que existem, hoje, no Brasil, cerca de 516 cooperativas dessa natureza, com mais de 95 mil associados.

- Essas cooperativas vêm possibilitando a reinserção na cadeia produtiva de um enorme contingente de trabalhadores que perderam seus empre-

gos, em consequência de um mercado formal cada vez mais excluyente - disse.

OPORTUNIDADES

Hollanda ressaltou que o cooperativismo do trabalho eleva a taxa da ocupação da mão-de-obra nacional, amplia as oportunidades de ganho de dinheiro e garante uma melhor distribuição de renda no país. Além disso, conforme o senador, melhora acentuadamente as condições de trabalho, na medida em que os cooperados, sendo eles próprios empresários, estabelecem em comum suas normas de atuação.

O senador pediu, também,

ajuda ao governo federal para que se adote uma política de incentivo à formação dessas cooperativas, além de uma rigorosa fiscalização.

- O Ministério do Trabalho e membros da Justiça do Trabalho vêm sendo alertados por sindicatos para a necessidade de coibir a existência de cooperativas de fachada, manipuladas por empresas que buscam obter lu-

ros maiores utilizando mão-de-obra ilegalmente, sem pagar direitos e encargos trabalhistas - concluiu.

Joel de Hollanda foi apoiado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP)...



Joel de Hollanda: apelo veemente pelo cooperativismo

CARTAS

"O *Jornal do Senado* é muito útil para esclarecer o povo sobre o andamento dos trabalhos dessa Casa. Solicito a assinatura do jornal, que me ajudará a debater os assuntos referentes ao Senado."

Gilmar Alvares Fernandes
(Francisco Morato-SP)

"Solicito a inclusão da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) no rol das empresas que recebem o excelente *Jornal do Senado*, publicação que consideramos fundamental para o acompanhamento das atividades do Senado Federal."

Ricardo Moura Maranhão - vice-presidente da Aepet (Rio de Janeiro-RJ)

"Parabenizo o excelente nível editorial e agradeço a remessa do *Jornal do Senado*. Peço, também, a inclusão da Rádio São Francisco e do jornal *De Mão em Mão*, ambos da cidade de Canindé, no Ceará, na lista de assinantes do *Jornal do Senado* para que esses veículos possam melhor acompanhar os trabalhos do Senado Federal."

José Alves - Diretor do jornal *Nova Satélite* (Brasília-DF)

"Sou assíduo telespectador da *TV Senado*, não só pela qualidade dos programas, debates e transmissão das sessões da Casa, mas, principalmente, pela necessidade que sinto de estar a par do que acontece na política nacional. Por isso, solicito também a remessa do *Jornal do Senado*, inclusive de edições anteriores. Com o acesso aos dois veículos, poderei certificar-me de que votei certo e de que meus candidatos estão realmente trabalhando pelo país."

Antonio Augusto da Rosa Carneiro (Uruguaiana-RS)

Resposta do editor: Os pedidos dos leitores serão atendidos.

Otoniel Machado relata encontro regional que propõe modernização do setor para enfrentar a onda de importações

Produtores discutem política leiteira nacional em Goiânia



Otoniel: importantes lideranças reunidas

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) registrou a realização ontem, em Goiânia, do 1º Encontro Regional Centro-Oeste do Leite, promovido pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados para receber denúncias, críticas e sugestões para a elaboração de uma proposta de fiscalização e controle que definirá os rumos da economia leiteira nacional.

Para o senador, o encontro, que conta com a

participação de expressivas lideranças do setor produtivo, deverá diagnosticar e propor soluções concretas para a persistente crise que caracteriza o setor.

Os produtores buscam fórmulas de modernizar a cadeia produtora do leite e fazer frente à onda de importações que vem trazendo dúvidas e apreensões ao mercado - disse.

Trata-se, no opinião de Otoniel Machado, de fazer com que a competição no mercado leiteiro resulte em melhorias nos produtos consumidos pela população.

Lobão propõe incentivo para a indústria naval

O senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou ontem projeto de lei que concede, pelo prazo de cinco anos, isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados sem similar nacional nas operações de importação de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos - com os respectivos acessórios sobressalentes e ferramentas - destinados à construção ou ao reparo de navios.

A proposição estabelece ainda uma redução de 50% no pagamento do imposto de renda relativo aos resultados obtidos nas atividades de construção e reparo naval.

Na justificativa do projeto, Lobão argumenta que a indústria naval brasileira atravessa profunda crise desde 1990.

Uma forma de apoiar essa indústria é conceder-lhe, por prazo determinado de cinco anos, incentivos fiscais - defende, informando que em 1979 os oito maiores estaleiros construíram 1.394,980 tpb e hoje a produção está reduzida a aproximadamente um

sexto desse total, 235.150 tpb.

O projeto, conforme ressaltou Lobão, baseia-se em outro apresentado, em 1993, pelo então senador Hydekel Freitas, com a finalidade de prestar socorro aos estaleiros de construção naval.



Lobão: crise vem desde 1990

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta; e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Romero Jucá (PFL-RR) sobre a reforma administrativa (reapresentação)

8h - Debate com o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) e o deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ) (inédito)

9h - "Congresso Hoje" (reapresentação)

9h30 - Entrevista com o senador Romero Jucá (reapresentação)

10h - Comissão de Constituição e Justiça - audiência pública com o ministro da Administração, Luiz Carlos Bresser Pereira, com o procurador do Banco Central, dr. Erasto Villa-Verde Filho, e o ex-prefeito de Porto Alegre, dr. Tarso Genro, sobre a reforma administrativa (vivo)

14h30 - Sessão plenária (vivo)
Logo após - Comissão de Infra-Estrutura - sabatina dos senhores Giovanni Toniatti e Ricardo Pinto Pinheiro para compor a primeira diretoria da Agência Nacional do Petróleo - ANP

20h30 - "Congresso Hoje"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

2h - "Jornal da Amazônia"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

10h - Comissão de Constituição e Justiça

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30



Suplicy criticou o bloqueio

Suplicy quer acesso ao orçamento de S. Paulo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) enviou ofício ao prefeito de São Paulo, Celso Pitta, em que reclama do bloqueio ao Sistema de Execução Orçamentária (SEO), determinado através de portaria pelo secretário de Finanças do município. Pela portaria, o SEO "ficará bloqueado por tempo indeterminado durante o mês de janeiro de 1998". Lido ontem, na íntegra, em plenário, pelo senador, o ofício termina lembrando ao prefeito que "o não-cumprimento da Lei Orgânica do Município, como está consciente Vossa Excelência, implicará crime de responsabilidade".

O senador considera o bloqueio grave porque o Ministério Público paulista apontou que a prefeitura não tem cumprido as determinações legais relativas aos gastos mínimos do orçamento municipal com educação. Além disso, o SEO é relevante para que o Senado acompanhe a aplicação de recursos advindos de operações de empréstimos internos e externos realizadas com sua autorização, acrescentou.

Suplicy salientou que o bloqueio assemelha-se ao determinado pelo governo federal em 1991, quando o Palácio do Planalto interrompeu por 100 dias o acesso ao Sistema de Administração Financeira da União (Siafi). "pouco depois de terem sido detectadas diversas irregularidades com gastos realizados no âmbito da LBA e da Secretaria de Assuntos Estratégicos".

Senador lamenta demora do Executivo em lançar campanha de esclarecimentos à sociedade e garante que o Legislativo agiu certo ao aprovar a matéria

Lei de doação de órgãos nivela os ricos e os pobres, diz Alcântara

Ao contrário do que algumas pessoas têm alegado, a lei que torna todo cidadão um doador presumido de órgãos para transplante "é uma lei para os pobres, pois nivela a todos na fila de espera por uma vida melhor", disse ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ao comentar o debate sobre o tema, ele frisou que o Congresso, em especial o Senado, "não tem por que se recriminar".

O principal indicador da correção da lei está no apoio dado a ela pela população, conforme atestam as pesquisas de opinião pública, destacou. Pesquisa patrocinada pelo governo federal detectou que 69% dos entrevistados apoiam a lei; o Datafolha, por sua vez, verificou que 64% conhecem a lei; e pesquisa do jornal *O Estado de S. Paulo* constatou que



Lúcio Alcântara: povo apoia a lei 57% conhecem e apoiam a lei.

Na opinião de Alcântara, o único ponto de conflito está no Conselho Nacional de Medicina (CNM), que orientou os médicos a realizarem transplantes apenas com o consentimento da família do doador e que pretende arguir a constitucionalidade da lei junto ao STF. Quanto à autorização da família, o senador afirmou que as equipes médicas "têm o direito e fazem bem em conversar

com as famílias", mesmo porque a lei não é impositiva e estabelece que todo cidadão "poderá" - e não "deverá" - ser doador. Em relação à constitucionalidade ou não da matéria, o senador salientou que obteve pareceres contrários à alegação do CNM, elaborados por juristas de peso.

O debate que ora ocupa os meios de comunicação, segundo ele, poderia ter sido mais ordenado se o Executivo tivesse realizado a campanha de esclarecimento prevista na própria lei. Apenas agora o governo anuncia, para amanhã, o lançamento da campanha, lamentou.

Ainda conforme o senador, a imprensa também poderia ter esclarecido melhor o público se, ao invés de se dedicar ao "fluxico" político, tivesse feito uma cobertura mais aprofun-

dada da tramitação e conteúdo do projeto legislativo.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que a lei de doação de órgãos previa um "prazo de vacância" entre a sua aprovação e a vigência efetiva, para que se fizessem a campanha e o debate generalizado. "O Congresso acertou ao decidir fixar um prazo até a vigência da lei", disse.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP), também em aparte, manifestou seu apoio às considerações de Alcântara, enquanto Jefferson Pêres (PSDB-AM), autor do recurso que levou ao plenário do Senado o projeto de lei aprovado em caráter terminativo na CAS, observou que, à luz da ética médica, a retirada de órgãos exige consulta à família.

Leonel considera ineficiente sistema de segurança pública em Brasília

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) qualificou ontem como ineficiente e incompetente o sistema de segurança pública do Distrito Federal sob a gestão de Cristovam Buarque e defendeu a aprovação de projeto, em tramitação na Câmara, que toma do governador a autonomia para nomear os cargos de comando dos órgãos de segurança. Segundo o senador, durante os três anos do atual governo, a totalidade de casos policiais chegou ao "assustador número de 210.601 e vêm crescendo em proporções preocupantes".

- Percebo uma situação de insegurança pública constante, e o que é pior, uma situação muito bem mantida por vultosos recursos públicos.

Parte da população de Brasília parece viver trancafiada em suas próprias casas. É como se tivesse comprado seu próprio isolamento na cidade em que vive - afirmou Leonel, respondendo à "comparação irônica" feita pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), na sessão da última sexta-feira, entre a eficiência do governo do PT no DF e a do PSDB no Pará.

Leonel acredita que a realidade policial brasileira é muito pior do que o massacre de Eldorado dos Carajás. Ele lembrou episódios como a invasão dos gabinetes do Ministério do Planejamento e o da Reforma Agrária e o assassinato da estudante Carolina Cardoso, em 1996, quando foi baleada por policiais numa barreira rodoviária da PM-DF.



Leonel cobra mais segurança

- Crimes não podem ser eternamente tratados apenas como reflexos de problemas sociais. A inexistência de uma política de segurança pública no DF acaba por tornar inoperante o complexo integrado pelas polícias Civil e Militar, bem como o Corpo de Bombeiros Militar - salientou.

Leonel Paiva chamou a atenção para o fato de que

apenas o Distrito Federal recebe recursos da União para pagamento de seus órgãos de segurança, que têm a responsabilidade de cuidar de todos os organismos públicos nacionais e estrangeiros aqui sediados.

Com esses argumentos, o senador considerou coerente o Projeto de Lei nº 4.275/93, na pauta da convocação extraordinária, que trata da utilização, pelo GDF, das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. O texto em exame obriga o governador do DF a ter o aval do ministro da Justiça para a nomeação do dirigente da Polícia Civil e do ministro do Exército para a escolha dos comandantes da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militares.